



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MARISA DE FÁTIMA SOUZA

TRAMAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFV

VIÇOSA
MINAS GERAIS
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MARISA DE FÁTIMA SOUZA

TRAMAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFV

Artigo apresentado como parte das exigências da disciplina EDU 388 – Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de licenciada em Pedagogia pelo Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa.
Orientador: Eduardo Simonini Lopes.

VIÇOSA- MG
NOVEMBRO/2017

TRAMAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFV

RESUMO: Este artigo é fruto da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Movimento Estudantil na Universidade Federal de Viçosa: suas implicações, conflitos e potencialidades”, realizada no ano de 2015, onde nos dedicamos a estudar as tensões, tramas, ideais e potencialidades presentes no ME. Assim, o objetivo da pesquisa aqui apresentada, foi entender como os coletivos discentes se organizam nas relações estudantis e que práticas colocam em ação no cenário estudantil da UFV. Para isso, foi utilizado como ferramentas a pesquisa documental, entrevistas/conversas com diferentes estudantes, caderno de campo e também de uma investigação participante. Nesse sentido, conversamos e acompanhamos os movimentos de dois coletivos discentes que se articulavam na condução da ocupação do Edifício Arthur Bernardes, contribuindo para a formação do “Coletivo Ocupa Bernardão”: um coletivo engendrado em coletivos. É nesse conversar-acompanhar-participar que acreditamos ter registrado um pouco das redes de relações estabelecidas no movimento estudantil da UFV. Concluimos, portanto, que o movimento estudantil da UFV sofre influência direta de diferentes coletivos, que com pautas diversas, (diversidade sexual, feminismo, questões étnico-raciais etc) se fortificam e passam a definir estratégias no cenário estudantil que não se restringem apenas à questão institucional envolvida na organização da relação DCE-Centros Acadêmicos.

Palavras chave: Movimento Estudantil, coletivos, grupos.

Sumário

Introdução.....	5
Articulando uma Ideia... Ação Coletiva	6
Nas tramas do “Ocupa Bernardão”	15
Traçando Conclusões.....	25
REFERÊNCIAS	26

TRAMAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFV

Introdução

Este artigo começou a ser construindo no ano de 2015 durante minha pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Movimento Estudantil na Universidade Federal de Viçosa: suas implicações, conflitos e potencialidades”. Durante aquele ano, nos dedicamos, eu, meu orientador e a então mestranda Cristiane Roque Pereira Botelho, a estudar o Movimento Estudantil (ME) da UFV. Assim, passamos a seguir o processo eleitoral para gestão do DCE na UFV no ano de 2015- 2016. Porém, aos iniciarmos a empreitada de entrar no terreno do ME, encontramos no caminho uma trama, uma história conflitante de jovens que se articulavam em torno de diferentes concepções sobre como o Movimento Estudantil da UFV deveria ser regido. Assim, por considerarmos a vida universitária como sendo um espaço formativo que se estendia para além das salas de aula, entendíamos que seguir as construções grupais feitas pelos estudantes poderia vir a ser um significativo espaço para problematizar não apenas o que é dado como já estabelecido, mas também para pensar as ações e modos de existir que estão em vias de emergir em diferentes contextos estudantis.

Como, pois, o movimento estudantil da UFV tende a estabelecer contatos, conflitos e parcerias com diferentes grupos estudantis na universidade (LOPES, 2011), para a presente pesquisa foi utilizada uma proposta qualitativa de investigação. De acordo com Rey (2002, p. 51):

A pesquisa qualitativa se debruça sobre o conhecimento de um objeto complexo: a subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que se expressa o sujeito concreto. A história e o contexto que caracterizam o desenvolvimento do sujeito marcam sua singularidade, que é expressão da riqueza e plasticidade do fenômeno subjetivo.

Na perspectiva de Rey (2002) e Kastrup (2007), numa pesquisa qualitativa não se pode ignorar as singularidades dos sujeitos ou grupos, uma vez que estes fazem parte de uma dinâmica complexa que envolve a produção de modos de existir. De acordo com Kastrup (2007), numa pesquisa que pretende seguir as singularidades que a movimentam, a atitude investigativa a se tomar “seria mais adequadamente formulada como um ‘vamos ver o que está acontecendo’, pois o que está em jogo é acompanhar um processo, e não representar um objeto” (KASTRUP, 2007, p. 20). Dessa maneira, mais do que desvendar verdades ou produzir fatos, o objetivo da pesquisa aqui apresentada foi entender como os coletivos discentes se organizam nas relações estudantis e que práticas colocam em ação no cenário do Movimento Estudantil

da UFV. Para isso, utilizei como ferramentas; pesquisa documental, entrevistas/conversas com diferentes estudantes, caderno de campo e também de uma investigação participante.

Nesse sentido, a proposta investigativa se comprometeu em seguir as intensidades, os encontros e as rupturas no próprio processo do investigar. Tornamo-nos, segundo Spink (2008), pesquisadores nos cotidianos das práticas, onde “ser um pesquisador no cotidiano se caracteriza frequentemente por conversas espontâneas em encontros situados” (SPINK, 2008, p. 72). E complementa dizendo que:

Há tratados imensos sobre o uso da etnografia, sobre registros de campo e sobre pesquisa participante porque não é muito fácil convencer alguém de que sentar em cafés, andar nas ruas, escutar conversas alheias, conversar em filas e olhar a arquitetura urbana é ciência (SPINK, 2008, p. 75).

Então, envoltos nessas articulações de estudantes que nos atentamos primeiramente a acompanhar como se deu a construção da gestão “Ação Coletiva”, que administrou o DCE/UFV nos anos de 2014 e 2015.

Articulando uma Ideia... Ação Coletiva

As universidades geralmente têm como ponto de referência de sua política estudantil o Diretório Central dos Estudantes (DCE), entidade representativa de todos os estudantes de determinada instituição de ensino superior. De acordo com dados da União Nacional dos Estudantes (UNE), que foi criada em 11 de Agosto 1937 no Rio de Janeiro, para representar a classe dos estudantes brasileiros espalhados por todo o país. Em seus 80 anos de existência a UNE se apresenta como uma entidade de luta dos estudantes, engajada em pautas políticas e sociais presentes no contexto brasileiro. Por ser uma instituição que representa milhões de estudantes, a UNE se estrutura, basicamente, de três formas com caráter deliberativos: o Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb), onde reúnem-se os diretórios acadêmicos (DAs) e centros acadêmicos (CAs) do Brasil; o Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg), que reúne os diretórios centrais de estudantes (DCEs) e também as executivas nacionais de cursos; e por fim, o Congresso da UNE (CONUNE), que é formado por todas as entidades acima e por todos os estudantes que tenham interesse de participar. Nesse sentido sobre a organização do DCE a UNE (2016) salienta.

É a entidade que representa o conjunto dos universitários de uma determinada universidade. Deve existir nas instituições de ensino que tenham mais de quatro cursos

superiores. O DCE possibilita aos estudantes o debate e mobilizações relacionadas àquela instituição, seus problemas, desafios gerais ou específicos.

Participando das dinâmicas do DCE, encontramos os Centros Acadêmicos (CAs) que representam os cursos ou departamentos de forma mais específica. Os alunos que compõem os CAs de seus cursos são escolhidos por meio de eleições periódicas. Os representantes montam chapas e divulgam suas principais ideias, e os demais estudantes votam para eleger a chapa que acreditam que melhor representará o curso na instituição. O Diretório Acadêmico (DA), por sua vez, tem a mesma função que o CA, porém ele pode representar mais de um curso, ou seja, ele atende a um grupo de cursos de uma mesma entidade.

Dentro desse contexto, no DCE da UFV havia o Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA), que, durante a gestão do DCE “Ação Coletiva” (em 2015) passou a ser denominado de Conselho Estudantil (CoE). Esta é uma instância deliberativa, recursal e consultiva dos estudantes da UFV. De acordo com o regimento do CoE, são de sua competência:

I –encaminhar, juntamente à gestão do DCE-UFV, as deliberações dos Congressos Estudantis da UFV e das Assembleias Gerais Universitárias; II –deliberar acerca de teses e propostas, desde que estas não sejam conflitantes com as deliberações de Congresso Estudantil e de Assembleia Geral Universitária; III –é privativo ao CoE convocar as eleições, aprovar o Regimento Eleitoral, analisar e julgar recursos do pleito eleitoral e dar posse à chapa eleita para a gestão do DCE-UFV; IV –convocar a Assembleia Geral Universitária; V –denunciar, abrir processo de suspensão e/ou de destituição de pessoas que componham a gestão do DCE-UFV, respeitando o direito de defesa das pessoas envolvidas na mesma proporção da acusação; VI –promover o diálogo entre os Centros e Diretórios Acadêmicos, coletivos, representantes discentes nos órgãos colegiados e outras entidades da universidade, em prol do corpo discente; VII –fiscalizar e julgar as ações tomadas pela gestão do DCE-UFV; VIII –julgar recursos protocolados por estudantes contra ações do DCE-UFV; IX –demais competências estabelecidas em Assembleia Geral Universitária, Congresso Estudantil ou pelo próprio CoE, desde que não vá contra deliberações estatutárias ou dos órgãos anteriormente mencionados neste inciso.

A gestão do DCE-UFV, referente ao período 2014-2015, foi assumida, como apresentado, por um grupo que se definia como “Ação Coletiva”. Foi a partir da entrada no campo de pesquisa, que a história da formação da Ação Coletiva passou a nos ser relevante para a compreensão das dinâmicas nas quais emergiram os "coletivos". É importante aqui indicar que, no realizar desta pesquisa, entendo por “coletivo” a construção social praticada por discentes que se unem em torno de uma proposta político-estético-ideológica, na intenção de se articular na luta contra alguma opressão perpetrada a um grupo específico. Contudo, neste trabalho o conceito de coletivo também é assumido como algo mais complexo do que a união de pessoas

em torno de um tema comum, mas como uma composição de agenciamentos heterogêneos a comporem um território de sentido, ainda que provisório. O que significa dizer, de acordo com Escóssia e Kastrup (2005, p. 301), que “(...) o coletivo pode ser entendido como rede social, desde que se garanta o princípio da heterogeneidade do social, assim como de toda e qualquer entidade, seja ela um indivíduo, uma comunidade, um texto ou um objeto técnico”.

Assim, de acordo com José¹, que foi um dos idealizadores da Ação Coletiva, o foco principal das práticas dos grupos que nos últimos anos estavam assumindo a direção do DCE/UFV era o de fortalecer suas alianças político-partidárias. Ligados majoritariamente a tendências do Partido dos Trabalhadores (PT) e/ou do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tinham os membros do DCE uma maior preocupação com as articulações que se desdobravam no cenário político nacional do que com as circunstâncias locais que animavam a vida estudantil da UFV. Se esse tipo de abordagem fortificava a participação nacional daqueles grupos, mas em termos locais isso os enfraquecia enquanto representatividade estudantil.

Em 2012, José resolveu participar da gestão do DCE “Em frente!”, assumindo uma maior atuação dentro do DCE. Porém essa participação foi rompida após quatro meses, porque, para ele, em 2012 o DCE estava mais motivado a fazer uma campanha, entre os estudantes, de transferência de título de eleitor – para que estes viessem a votar em Viçosa nas eleições municipais que se aproximavam –, do que propriamente estarem atentos as demandas do movimento estudantil da UFV. Em termos mais específicos, o objetivo, segundo José, com tal transferência de votos era o de eleger um vereador do PT, apoiado pelo DCE, para a Câmara dos Vereadores da cidade. Para José, esse movimento, por sua vez, em nada potencializava as necessidades dos estudantes, já que, de acordo com ele, os políticos da cidade têm mais interesse em privilegiar as necessidades dos eleitores do município – uma vez que são esses que têm o poder do voto – do que a população flutuante dos estudantes universitários.

E quando, pois, José, sentiu que os interesses político-partidários do movimento estudantil estavam maiores do que aqueles com os problemas imediatos vividos pelo estudante na universidade, ele, junto a colegas do Alojamento Pós Graduando da UFV, um dos seis alojamentos estudantis, situados dentro do campus universitário, prioritariamente masculino, que é habitado por uma centenas de estudantes, cultivou a ideia de construção de uma chapa sem aparelhamento partidário para concorrer ao Diretório Central dos Estudantes. Segundo o referido estudante:

¹ Todos os nomes apresentados são fictícios, a fim de preservar a identidade dos entrevistados.

Aí a gente junta com uma galera de um apartamento do (alojamento) Pós, que é uma república... Porque os apartamentos eles são considerados como república, tanto que lá onde eu moro a gente fala república 2131. Aí tem o 1932, que é a república do 30. O 30 tem uma característica: são pessoas muito espirituosas; espirituosas no sentido de que eles têm um lema, e o lema deles é *Quem divide multiplica(...)*. Não tem requisito nem entrevista pra entrar no 30. Se você chegou lá e você se sentiu à vontade, você pode ficar; tem espaço pra todo mundo que quiser.

Segundo José, a mentalidade que nutria esse encontro entre os quartos do Alojamento Pós era de partilha e não exclusão. A insatisfação com os rumos partidários do movimento estudantil da UFV os estimulou a ousar propor outros modelos de política e ação estudantil em termos de DCE. Tal modelo foi procurado no estímulo à articulação com diferentes coletivos estudantis que viviam as tensões do campus universitário. Entendemos aqui por coletivo um conjunto de pessoas que se unem buscando, na construção de uma coesão grupal, articular uma pauta em comum, geralmente estimulada pela vivência de alguma opressão comum e/ou sustentada em ideários políticos. Segundo José:

Então a gente procurou os coletivos, todos os coletivos rompidos com o DCE: o Cursinho², o Maracatu³, a gente procurou o pessoal da agroecologia, a gente tentou falar com pessoas que tinham interesse em formar centros acadêmicos. Tanto que o Centro Acadêmico de Agronomia (CAAGRO) tinha um coletivo que cuidava do centro acadêmico há muito anos, que era o CULTIVARE⁴. (...) Aí a gente, nessa consonância, estava discutindo com todos os coletivos. Resolvemos colocar nosso nome [da chapa] de Ação Coletiva porque nesse meio tempo a gente percebeu que a política do movimento estudantil, ela não se resumia apenas na participação de CAS e DAs.

Nessa articulação (em maiores e menores aproximações) com diferentes coletivos⁵, que foi criada a chapa “Ação Coletiva”, propondo se construir como uma composição discente não

² Cursinho Popular do DCE é uma organização estudantil que visa, por meio da Educação Popular, formar e preparar educandas/os para ingressar no ensino superior. Apesar do nome, o Cursinho não está mais ligado ao Diretório Central dos Estudantes, possuindo autonomia em relação a este.

³ Jose se refere ao grupo de percussão O Bloco, criado em 2006 por estudantes da UFV.

⁴ Grupo que pensa a agronomia por uma vertente agroecológica, preocupado com a sustentabilidade, com o ecossistema

⁵ E além dos já citados, podemos apresentar, como também estabelecendo diálogos com a Ação Coletiva, os seguintes coletivos estudantis de pautas específicas: república do 30, Primavera nos Dentes (grupo de diversidade sexual), Vacas Profanas (grupo feminista), Coletivo Maria Joanas (grupo pela descriminalização da maconha), Fórum de Opressões, Grupo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), Articulação de Estudantes de História (AEH), Coletivo Bolando Ideia (grupo pró-maconha), dentre outros.

partidária que buscava inspiração política no movimento anarquista⁶ que resistiam a seguir diretivas vindas de instâncias “superiores” e defendiam a horizontalidade das decisões. Porém, os coletivos nacionais presentes na UFV colocaram-se em um estado de, se não aberta oposição, também não de explícito apoio à Ação Coletiva, pois a Ação Coletiva levantou suspeitas em alguns grupos, pelo fato de não se declarar filiada nem ao PT (Quilombo, Articulação de Esquerda), à Consulta Popular (Levante Popular da Juventude) ou ao PCdoB (União da Juventude Socialista – UJS); uma vez que estes três partidos historicamente disputavam anualmente o DCE. Tais suspeitas ficaram mais fortes especialmente, no caso, daqueles que possuíam aproximações a partidos políticos como o Rebele-se, o Quilombo e o Levante Popular da Juventude.

Estes três últimos – diferente dos de caráter local e que possuem suas origens no contexto de problemas da UFV – têm um caráter de ação nacional. São, pois, coletivos que surgem em diferentes estados da federação e se espalham pelo Brasil, sendo denominados de coletivos nacionais. São compostos principalmente por jovens estudantes universitários, contudo, todo coletivo de base nacional tenta recrutar pessoas nos diversos níveis de ensino, pois nacionalmente há eventos importantes para cada nível de estudo, seja ele básico, técnico ou superior. Assim, esses coletivos entram na universidade e trazem consigo o desejo de marcar uma territorialidade política na tentativa de construir influências às perspectivas por eles defendidas. O Quilombo, por exemplo, atua na UFV desde 2011 e surgiu no estado da Bahia e ganhou espaço em outras universidades pelo fato de lutar principalmente, contra o racismo; porém acabou fazendo alianças com o Partido dos Trabalhadores (PT) e muitos o qualificam como sendo “a juventude do PT”. O Rebele-se, por sua vez, surgiu na UFV no ano 2014, estando atrelado ao Partido Comunista Revolucionário⁷ (PCR), o qual acredita em uma revolução socialista e armada. Já o Levante Popular da Juventude apesar de, segundo José, não se assumir como tal, é a juventude do partido Consulta Popular. Tal partido faz suas articulações

⁶ A palavra **anarquismo** tem origem no termo grego *ánarkhos*, cujo significado é, aproximadamente, "sem governo". anarquismo defende a ruptura com todas as formas de autoridade política e religiosa, a propriedade privada e quaisquer outros tipos de normas institucionais que cerceiem a liberdade do indivíduo em sociedade e na esfera da vida privada. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/anarquismo-origens-da-ideologia-anarquista.htm>> Acessado em: 20 de Maio 2017

⁷ Fundado em maio de 1966, em Recife, o **Partido Comunista Revolucionário (PCR)** foi organizado por um grupo de militantes egressos do PCdoB, descontentes com os rumos que este tomava. Constitui-se na reafirmação de uma linha revolucionária, capaz de levar a classe operária e as massas populares do Brasil a realizar uma revolução que derrube o poder da burguesia e construa as bases para a sociedade socialista Disponível em: <<http://pcrbrasil.org/pcr/historia>> Acessado em 13 de Maio 2017).

mais com movimentos camponeses e outros movimentos sociais, visando uma futura tomada de poder, ainda que seja pela revolução armada. O Levante faz sua articulação mais no aspecto urbano, especialmente com as juventudes e, assim, as universidades se tornam campo privilegiado de intervenção.

Esses três coletivos nacionais, todavia, entravam em conflito constantemente no cenário da UFV, pois disputam delegados para as votações de liderança na UNE⁸, que ocorre a cada dois anos. Além disso, sempre ambicionam a cadeira de líderes do DCE UFV.

Nesse sentido, enquanto os coletivos nacionais se organizavam por pautas externas à universidade, a Ação Coletiva não se propunha a ser conduzida por qualquer diretriz que não viesse das negociações e necessidades dos próprios estudantes da UFV, representados principalmente pelos coletivos locais que faziam composição com a chapa.

Assim, em 11 de junho de 2014, a chapa Ação Coletiva disputou as eleições do DCE com a “chapa F5”. Esta última, por sua vez, tinha linhas de aproximação com a União da Juventude Socialista - UJS (PCdoB), possuindo, contudo, características muito diferentes daquelas que animavam a república do 30 e mesmo o PCdoB. Concebida por um estudante aqui chamado de João, era nutrida em lógicas mais liberais, com uma visão empresarial e pragmática da representação estudantil, propondo construir parcerias entre o movimento estudantil, a iniciativa privada e a UFV. Inclusive o próprio João, era dono de duas empresas envolvidas no fomento de festas universitárias. Nesse sentido, a “F5” ficou qualificada, pelos participantes da Ação Coletiva, como uma chapa de “direita”, ainda que o ponta-pé inicial para a inserção de João no movimento estudantil tenha sido dado por membros da UJS. João narra da seguinte maneira o surgimento da F5, narrativa esta que indicava a aproximação da chapa com a União da Juventude Socialista (UJS):

Quando eu meio que entrei nessa ideia de movimento estudantil, foi quando a gente candidatou uma chapa, que seria a chapa F5. Eu estava numa sala do PVA⁹ e entra uma menina e fala que estava tendo eleições para o DCE, que ela fazia parte da UJS e que eles tinham interesse em dar suporte para que uma outra chapa fosse concorrer

⁸ As eleições da UNE são realizadas em duas etapas. Na primeira, de forma direta, os estudantes de cada universidade do país votam nas chapas de delegados que se apresentarem para o encontro. No caso da UFV, Rebele-se, Quilombo e Levante Popular da Juventude, apresentaram suas propostas. Os delegados eleitos seguem, então, com direito a voto, para o Congresso da UNE (CONUNE), onde decidem a segunda etapa da eleição, quando as chapas se organizam em teses apresentadas e amplamente discutidas, sendo, após isso, eleitas na plenária final.

⁹ Na UFV há dois prédios em que se aglutinam grande parte das aulas da instituição: O Pavilhão de Aulas I (PVA) e o Pavilhão de Aulas II (PVB).

também ao pleito. A chapa que concorria, digamos, era um chapa anarquista [Ação Coletiva]. Eu falei: “*UJS gente! União da Juventude Socialista, pelo amor de Deus eu sou capitalista, não é minha praia esse negócio*”. Então eu falei assim: “*Olha, mas talvez essa seja nossa melhor opção agora, então eu vou juntar um grupo que eu confio, pessoas que eu acredito no trabalho...*”

A disputa entre a Ação Coletiva e a F5 marcou também a primeira vez que um grupo de “esquerda” teve como adversário para o DCE um grupo que tendia politicamente mais à “direita”. Porém, a Ação Coletiva ganhou o pleito. Todavia, segundo João:

Eu comento que se as eleições fossem obrigatórias, falassem assim: “*vamos fazer as eleições de DCE serem obrigatórias*” e a reitoria lançar um portaria, a gente teria 5 mil votos de frente, e isso alguns membros da chapa de oposição tem consciência.

Mesmo que, de acordo com João, a Ação Coletiva carecesse de efetiva representatividade discente, o DCE por aquela chapa constituído buscou construir, no ano de 2015, um Congresso Estudantil com o objetivo, dentre outros, de reformular o Estatuto do DCE, procurando tornar essa entidade um veículo de maior representação a diferentes grupos da instituição.

Assim, do dia 23 a 27 de maio de 2015, foi realizado, pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFV (gestão Ação Coletiva), um congresso estudantil local que teve, entre outros objetivos, a proposta de reformular o estatuto do DCE. O estatuto vigente até então tinha seu registro em cartório datado do ano de 2008, e, diante das mudanças vivenciadas no DCE nos anos subsequentes, a gestão da Ação Coletiva teve como uma de suas prioridades (anunciada inclusive quando da campanha pelo DCE/2015) a revisão do estatuto.

Naquele congresso se fizeram presentes membros dos Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs) dos diferentes cursos da instituição, assim como participantes de alguns coletivos estudantis que, direta ou indiretamente, compunham alianças com os CAs, DAs e com o próprio DCE. Em termos estatutários, até então os únicos estudantes que tinham direito a voto no DCE eram os representantes de cada um dos CAs e DAs da instituição. Contudo, durante a gestão da Ação Coletiva, diferentes coletivos universitários ganharam mais espaço e visibilidade por iniciativa daquela gestão de DCE, que via nos coletivos em emergência a possibilidade da constituição de um movimento estudantil integrado às diferentes demandas sociais nascidas das circunstâncias singulares da vida estudantil e articuladas a movimentos sociais diversos.

Assim, para legitimar os coletivos discentes presentes na UFV, uma das principais mudanças que foram implementadas no novo estatuto foi a extensão, durante os Conselhos Estudantis (CoEs), do direito de voto aos coletivos. Então, diferentemente dos estatutos e gestões anteriores, agora os coletivos, representando diferentes movimentos sociais que muitas vezes compunham interesses com grupos políticos externos à instituição, ganharam legitimidade e voto no DCE.

Durante a gestão da Ação Coletiva, diferentes coletivos universitários ganharam mais espaço e visibilidade, uma vez que aquele Diretório via nos coletivos em emergência a possibilidade de constituição de um movimento estudantil sustentado numa base integrada às causas sociais e à luta contra a opressão das minorias. Essa parece ter sido a inspiração que motivou que, durante a gestão da Ação Coletiva, o Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA) passasse a ser denominado de Conselho Estudantil (CoE).

A mudança da nomenclatura corresponde a uma mudança de função desses conselhos. No momento em que o CCA se torna CoE, se está indicando que não apenas os centros acadêmicos participam do conselho, mas qualquer outro estudante da universidade. Essa mudança de nomenclatura abriu, assim, a perspectiva de oportunizar, de uma maneira mais orgânica, o DCE aos coletivos. Assim, para legitimar os coletivos discentes presentes na UFV, uma das principais mudanças que foram implementadas no estatuto, a partir do referido congresso estudantil, foi uma alteração no sistema de votação no CCA. No novo estatuto¹⁰ aprovado, foi estendido aos coletivos o direito de voto nos Conselhos Estudantis, abrindo o poder de decisão a diferentes coletivos discentes tanto de construções locais quanto nacionais. No estatuto, foram definidos também os critérios de participação dos coletivos:

Artigo 18º - Para participar com direito a voz e votos todos os coletivos e grupos da UFV precisam atender aos seguintes requisitos: Apresentar ao CoE documentação que comprove, no mínimo, um (1) semestre letivo de atividade desde sua existência. Estar presente consecutivamente nas últimas três (3) reuniões do CoE imediatamente anteriores à reunião que se pleiteia o direito a voto pela primeira vez. O CoE pode cassar o voto de qualquer Coletivo por motivo de ausência. A quantidade de ausência será definida no regimento interno. O Coletivo ou Grupo associado não deve ser instrumento, ou ter como meio ou finalidade as opressões a um indivíduo ou grupo de pessoas, respeitando os Direitos Humanos e Cidadania. O Coletivo ou Grupo também deve garantir que sua existência não colabore para práticas discriminatórias, fruto de

¹⁰ Para consultar o referido estatuto. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/0ByGEEc9EEmiuZfQ1Ulg3UTV0bnM/view>> Acessado em: 13 de Maio de 2017.

preconceito social, étnico, de gênero ou qualquer outro elemento que possa dar ensejo à discriminação injusta.

Desta maneira, a grande mudança que o DCE Ação Coletiva promoveu em sua gestão foi exatamente trazer uma maior coletividade às decisões daquele diretório, dando poder de voto a grupos que antes só tinham representatividade caso se associassem a DA's e CA's. Assim, amparos no novo estatuto, os coletivos passaram a frequentar assiduamente as reuniões do CoE e durante todo o ano de 2015 e início de 2016 – principalmente durante a disputa entre a chapa “ DCE Para Todos” e “Voz Ativa” – protagonizam falas intensas, dividindo incertezas, articulando conversas que demonstravam as interações, os conflitos e interesses dos grupos que defendiam a volta de uma gestão ligada ao movimento de esquerda dentro da UFV.

Assim, durante a nova eleição para o DCE, no ano de 2016, a chapa “Voz Ativa” (que congregava algumas pessoas que haviam participado da Ação Coletiva) vence e assume como gestão do DCE 2016/2017. Estabilizou-se, então, a hegemonia das lideranças de “esquerda” no movimento estudantil da UFV, fazendo com que os coletivos estudantis que participavam do CoE se sentissem satisfeitos, não encontrando inimigos a enfrentar dentro da dinâmica estabilizada no DCE.

Contudo, tais coletivos, no ano de 2016, definiram um outro “inimigo” a combater, uma vez que o que agitava o movimento estudantil não era mais a inquietação pela liderança do DCE/UFV, mas o cenário político nacional e a instabilidade político-econômica vivida pela população brasileira diante das propostas de reestruturação da economia, e, em especial, a Proposta de Emenda à Constituição nº. 55, de 2016, também chamada de PEC 55 ou a PEC do teto dos gastos públicos¹¹.

A aproximação da apreciação dessa PEC na Câmara dos Deputados (quando era denominada de PEC 241) e no Senado Federal produziu mobilizações e paralizações nos setores mais afetados pelo estabelecimento de um teto de gastos. As áreas de saúde, educação e segurança pública apareciam sinalizadas como sendo aquelas cujos cortes produziriam as maiores consequências sociais, o que suscitou diferentes manifestações nessas áreas. No campo da educação, por exemplo, houve, no ano de 2016, uma onda de ocupações estudantis a estabelecimentos escolares estimuladas não apenas pelo protesto à PEC, mas também contra tanto uma Medida Provisória, feita pelo Ministério da Educação, que alterava o Ensino Médio

¹¹ Proposta de Emenda à Constituição nº 55. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>> Acessado em Abril de 2017

(MP 7467¹²), quanto contra o Projeto de Lei do Senado no. 193 (PLS 193/2016), que incluía, entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o "Programa Escola Sem Partido"¹³ As ações de ocupação de escolas promovidas por estudantes secundaristas da rede pública de ensino¹⁴ foram seguidas por ocupações a prédios de diferentes universidades públicas brasileiras, realizadas pelos estudantes universitários, que seguiam a mesma linha de protesto: contra a PEC 241 (e posteriormente PEC 55), a MP 746 e a Escola Sem Partido.

Desta maneira, diante da instabilidade política e movidos pelas manifestações que aconteciam nacionalmente, alguns coletivos que animavam a vida discente da UFV decidiram se mobilizar e radicalizar algumas ações, visto que consideravam que a administração da universidade não se posicionava a respeito das mudanças que aconteciam no país. Definiram, então, que iriam invadir o principal prédio administrativo da UFV: o edifício Arthur Bernardes, vulgarmente conhecido como Bernardão.

Nas tramas do “Ocupa Bernardão”

É dentro deste contexto que assumo aqui uma perspectiva narrativa e experiencial neste trabalho, seguindo os afetamentos, tensões e tramas entre grupos discentes no próprio ato de acompanhar a ocupação do Edifício Arthur Bernardes. Assim sendo, pela minha aproximação, como estudante de Pedagogia na UFV, com alguns coletivos e pela pesquisa de Iniciação Científica feita no ano anterior, a ocupação do Bernardão era de meu conhecimento poucas horas antes de ela ser efetivada. Mesmo duvidando que aquela ação realmente aconteceria – pois nos meus contatos com membros da gestão DCE Voz Ativa (gestão 2016-2017 do DCE), nenhum deles havia comentado algo sobre uma possível ocupação – na noite de 17 de outubro de 2016 compareci ao local e hora previamente combinados pelos coletivos que pretendiam realizar a intervenção no Edifício. Foi assim que, em uma noite de primavera, alguns estudantes se aglomeraram, às 22h, no *DCE barzinho* (espaço de encontro localizado no centro da UFV) e decidiram, em uníssono, adentrar naquele prédio administrativo da universidade.

¹² A Medida Provisória (MP) 746 previa mudança da jornada diária de quatro horas para sete horas no ensino médio, além da flexibilização do currículo por meio da escolha das disciplinas dentro de cinco diferentes ênfases - linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas, formação técnica e cursos profissionais.

¹³ Atividade Legislativa. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>> Acessado em: 16 de Julho de 2017.

¹⁴ Em 17 de outubro de 2016, cerca de 800 escolas públicas brasileiras estavam ocupadas por estudantes secundaristas.

A escolha do edifício Arthur Bernardes¹⁵ era proposital, pois este era o coração administrativo da instituição. Paralisando as atividades que nele aconteciam diariamente, os discentes acreditavam poder obrigar a administração da UFV a se posicionar principalmente diante à PEC 241 (posteriormente PEC 55). Cientes dessa funcionalidade do edifício, a ocupação foi arquitetada por estudantes que militavam diariamente no Movimento Estudantil e buscavam nos coletivos uma representatividade específica que o DCE não tinha condições de se aprofundar devido à pluralidade de interesses reivindicatórios do movimento estudantil. Por sua vez, tais discentes igualmente sabiam da dimensão de “ilegalidade” na qual ousavam e no caminho entre o DCE e o edifício Arthur Bernardes, todos andavam unidos, alguns já encapuzados com camisas no rosto e outros com cartazes, faixas, cobertores e alguns colchonetes.

A entrada no prédio aconteceu de forma silenciosa e aparentemente calma, não encontrando os estudantes nenhuma resistência ou obstáculo para abrirem uma das portas do Prédio Principal. Dessa maneira, o momento da entrada ocorreu rapidamente, com alguns entrando correndo e fechando a porta, enquanto outros ficaram do lado de fora, dentre eles eu e alguns membros do Rebele-se e do DCE. Ao batermos na porta do prédio com o intuito de nos juntar ao grupo, ouvimos uma voz dizendo que esperássemos. De onde estávamos, ouvíamos que, dentro do edifício, arrastavam móveis, abriam janelas e ordenavam para que todas as entradas fossem fechadas com barricadas.

Naquela manhã do primeiro dia da ação estudantil, entrei pela primeira vez na ocupação. Fui bem recebida, pois o coletivo Rebele-se, do qual já fui participante, tinha representantes na equipe de segurança que eram responsáveis pela liberação da entrada. Ao entrar, ainda na porta, senti meu coração acelerar num sentimento de medo, de desejo e curiosidade; ainda mais ao perceber que parte da porta por onde entrei estava obstruída por materiais de construção encontrados no interior do prédio na noite anterior, numa tentativa de barrar qualquer tentativa de entrada forçada que pudesse vir a ocorrer.

Caminhei lentamente, observando tudo o que acontecia no local. Vi algumas mulheres sentadas no chão confeccionando cartazes informando sobre a ocupação; e no mesmo movimento em que pintavam aleatoriamente nos cartazes, pintavam também seus próprios corpos. Mais adiante, uma menina girava um bambolê graciosamente dentro do prédio ocupado.

¹⁵ No edifício Arthur da Silva Bernardes, se estalam as pró-reitorias de Administração, Assuntos Comunitários, de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, Planejamento e Orçamento e Gestão de Pessoas. Bem como, salas e gabinetes que gerenciam os processos acadêmicos e administrativos da UFV.

Já no meio do hall de entrada, vejo dois bustos cobertos por bandeiras de movimentos ligados ao curso de Biologia e ao Movimento dos Sem Terra (MST).

Dirijo-me ao segundo andar, onde fica a sacada de vigia. Bem no fim da escada, antes da sacada, estava instalada a comissão de divulgação. É necessário salientar que no movimento de organizar a ocupação, os estudantes se dividiram em diferentes comissões (de segurança, de planejamento, de comunicação, de alimentação, de limpeza, dentre outras), sendo que os coletivos estudantis buscavam distribuir seus membros nessas diferentes comissões. Tais comissões estabeleciam regras que afetavam a dinâmica da ocupação, uma vez que a estipulação de regras tinham por objetivo ordenar um movimento que se iniciou de uma maneira muito passional e talvez até mesmo improvisada. Como ninguém sabia ao certo os rumos em que tudo aquilo daria, a organização de pessoas e do espaço se fazia necessária. Eu me filiei à comissão de segurança e fazia rondas noturnas pelo prédio a fim de evitar, por exemplo, que houvesse depredação do patrimônio público, que se consumisse drogas dentro do edifício ou se praticasse sexo no local. Eram controles sobre os corpos dos estudantes estabelecidos pelos próprios estudantes nas assembleias realizadas, a fim de manter um nível de seriedade e foco no movimento. Não mais submetidos às regras regimentais da universidade, as comissões faziam esse papel de controle e de diretivas, sendo que as dificuldades de cada comissão eram partilhadas nas reuniões gerais que aconteciam dentro do Bernardão.

Assim, voltando à comissão de comunicação, encontrei três pessoas (sendo duas delas do curso de Comunicação Social da UFV e uma das Ciências Sociais) que trabalhavam intensamente em seus computadores para atualizar as informações na página oficial da ocupação no Facebook¹⁶. Isso porque, se havia uma ação de ocupação física dentro do prédio, por outro lado havia uma proposta de “ocupação virtual” de todo o campus, no momento em que, por meio de uma comunidade criada no Facebook, a comissão de comunicação partilhava com todos os interessados quais eram as demandas do movimento, assim como os modos que os estudantes organizavam a própria ocupação: mostravam que estavam limpando o prédio, denunciavam más condições na estrutura do edifício, mostravam fotos e vídeos dos grupos em interação e, principalmente, preocupavam em mostrar à comunidade a rede de apoios (envolvendo professores, sindicatos, funcionários, etc) que se articulava aos protestos daqueles que ali realizavam o movimento da ocupação.

¹⁶ Ocupa Bernardão. Disponível em: <<https://www.facebook.com/OCUPABERNARDAO>> Acessado em: 20 de Maio de 2017.

Sendo assim, pela eficiência da comissão de comunicação, a visibilidade daquela ocupação foi muito grande, no sentido de transformá-la em algo muito maior do que um ato isolado de estudantes, mas um protesto que envolvia não apenas as políticas governamentais, mas também modos de se compreender a arte, de se praticar as aulas, de se pensar a violência físicas e simbólica nas relações no campus (principalmente na relação estudante-estudante e estudante-professor).

Mas naquele primeiro dia da ocupação, todos esses efeitos ainda eram dúvidas para os participantes e todos tinham receios, sendo que qualquer apresentação pública que fizessem na sacada do Bernardão, era marcada pelo medo do reconhecimento (por isso usavam blusas para esconderem os rostos). Alguns poucos coletivos abertamente anunciaram sua filiação ao movimento, entre eles o Rebele-se, sendo que a maioria dos outros se juntaria ao protesto nos dias que se seguiram.

Especialmente para este trabalho, versarei sobre a atuação de dois coletivos em especial dentro da ocupação – o Rebele-se e o Beladonas. Isso porque foram os que mais me envolveram durante os 13 dias de ocupação, além disso, as redes de articulações que os mesmos realizam foi para mim indicativos de como a dinâmica dos coletivos estabeleceu um modo de convívio de relações e tensões naquele movimento. Não tendo como totalizar todas as experiências que vivenciei nos dias da ocupação, me desdobrarei sobre os efeitos dos encontros que tive naquele primeiro dia do protesto. Um dia, por sua vez, incerto, onde todos estavam tomados de uma enorme euforia e também o medo.

Assim, como naquele primeiro inseguro dia, eu igualmente tinha medo de me expor, e ao deixar a comissão de comunicação, também tive receio de ser vista pelos que passavam nos arredores do Edifício Arthur Bernardes. Assim, não me atrevi a chegar perto das janelas e desviei o caminho rumo a um corredor onde encontrei uma antiga amiga, militante do coletivo Rebele-se. Conversamos um pouco sobre o clima de tensão que pairava no ar, o medo de retaliação da universidade, pois até aquela manhã a Administração Superior não havia se pronunciado. Ela, muito engajada nas atividades previstas pela comissão de planejamento, e fazendo parte da comissão de segurança, convidou-me para uma reunião onde seria formada uma comissão de mulheres que deliberaria sobre casos de assédio, silenciamento ou qualquer tipo de violência contra a mulher que pudesse ocorrer dentro da ocupação. Nós nos juntamos, então, a um grupo de mulheres que estava reunido no corredor do térreo.

Uma delas, militante do coletivo Beladonas, comunicou que naquela primeira noite da ocupação já haviam sido relatados casos de assédio e silenciamento de mulheres em algumas

comissões. Desta maneira, considerava que era essencial a organização de uma comissão de mulheres dentro da ocupação para que regras fossem estabelecidas a fim de defender e apoiar as mulheres contra outras possíveis agressões.

O coletivo Beladonas iniciou suas atividades na UFV em torno de 2014, quando ainda se auto-intitulava Vacas Profanas. De acordo com Ana, uma das integrantes do referido movimento, o nome Vacas Profanas foi inspirado:

tanto pela musica [de Caetano Veloso¹⁷] quanto pela simbologia assim, que é um coletivo que ele visa desconstruir algumas valores da sociedade, alguns pré-estigmas, estigmas que são tipo... Denominações comuns a mulheres é vaca, puta, profana qualquer coisa que as mulheres façam que vai de fora da linha...

O Vacas Profanas atuou no Movimento Estudantil da UFV até o ano de 2016. Naquele mesmo ano, o nome foi mudado, passando a se chamar Coletivo Beladonas. A mudança teve como proposta a ampliação das discussões e pautas feministas, objetivando atender as mulheres do meio acadêmico e fora dele, para assim difundir as demandas e pautas das lutas feministas. Nesse sentido, o nome Vacas Profanas poderia ser compreendido de maneira pejorativa por mulheres alheias ao movimento. O nome Beladonas, por sua vez, parecia mais atrativo, sem perder, contudo, seu aspecto contestatório, uma vez que beladona é uma planta que possui certo grau de toxicidade, sendo considerada uma erva daninha.

Além disso, durante esse processo de formação da comissão de mulheres, outras participantes da ocupação, não necessariamente ligadas às pautas do Beladonas, passaram a contribuir com a referida comissão, incentivando a irmandade que deveria existir entre as mulheres para que nenhum assédio ou assediador saísse sem punição da ocupação. Assim, diante da enorme quantidade de mulheres que fazia parte da ocupação e das experiências de muitas delas em lutas feministas travadas em seus próprios coletivos, uma comissão de mulheres, capitaneada pelo coletivo Beladonas, ganhou força e resistência durante todo o período de ocupação.

Dentre as diretivas indicadas por aquela nova comissão, ficou legitimada a potencial agressividade masculina e, para garantir a segurança das mulheres, foi definido que uma cartolina seria fixada nos banheiros femininos para que nesta as mulheres denunciassem o nome

¹⁷ Vaca Profana, Caetano Veloso, Maria Gadu. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=MOXTfMQHutQ>> Acessado em: 05 Julho de 2017

dos homens agressores, bem como o tipo da agressão. Além disso, identificado o agressor e avaliado pela comissão o grau de agressão, o mesmo seria expulso da ocupação pela comissão de mulheres. Foram definidos dois tipos de assédio/agressão: 1) os considerados graves – com conseqüente expulsão do agressor do movimento da ocupação – os casos em que, em algum momento, um homem tenha agredido uma mulher verbalmente ou fisicamente dentro ou fora da ocupação: fosse no presente, ou em qualquer temporalidade passada. 2) os casos qualificados como mais “leves” de agressão – como silenciamento, quando o homem sobrepõe a fala da mulher – seriam analisados e o agressor seria comunicado. Ocorrendo a repetição da atitude denunciada, este também seria expulso da ocupação. A definição entre o que era entendido como sendo uma dinâmica característica do próprio “movimento do debate” e o que era compreendido como “agressão por silenciamento”, estava a cargo da comissão de mulheres, a qual parecia compor uma construção de realidade sustentada na produção da experiência masculina como potencialmente predadora e agressiva.

A comissão de mulheres colocou na cena da ocupação uma prática que evidenciava a problemática de gênero entre os estudantes, especialmente a localização da figura masculina como sendo potencialmente predadora e agressiva. Daí que, no mini-mundo construído dentro do Edifício Arthur Bernardes, a discussão sobre a diversidade de gênero e sobre violência contra a mulher ganhou significância. O interessante de se perceber é que igualmente a comissão de mulheres não era formada apenas por feministas do Beladonas, mas por outras tantas mulheres a habitarem de diferentes formas outros coletivos estudantis.

Com o passar dos dias, os encontros da comissão de mulheres oscilava quanto à quantidade de participantes. Em alguns momentos muitas mulheres ficavam reunidas para debater pautas feministas específicas da ocupação; em outros momentos, as reuniões estavam esvaziadas. Porém, durante todo o processo da ocupação, a comissão que mais se destacou foi a das mulheres, a qual manteve seu propósito de proteger e apoiar as expressões femininas durante todo o movimento.

Nas assembleias gerais da ocupação que ocorriam no saguão principal do Bernardão, todas as comissões tinham espaço para fazer repasses caso assim o desejassem, e sempre que era anunciado que a comissão de mulheres tinha algum repasse a ser feito, muitos homens se mostravam apreensivos e temerosos com receio de serem citados e sofrerem as sanções estipuladas pela comissão de mulheres.

Contudo, havia tensões dentro da comissão de mulheres, quando aos momentos de indicar agressores e puni-los. Por ser formada por mulheres de diferentes coletivos estudantis (Rebele-

se, Levante Popular da Juventude, Núcleo de Estudos Afrobrasileiros -NEAB, Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica -GAO, Beladonas, Primavera dos Dentes, Quilombo, O Bloco, bem como representações do DCE Voz Ativa, dentre outros), algumas das participantes da comissão tendiam a proteger seus colegas homens militantes do mesmo coletivo quando o nome de algum deles era indicado como agressor. Isso ficou claro quando um dos membros masculinos do coletivo Rebele-se teve seu nome assinalado na cartolina-denúncia fixada no banheiro feminino. Esse membro do Rebele-se foi citado várias vezes como sendo machista e silenciador pelo fato de, em uma assembleia dentro da ocupação, ter sobreposto a voz de uma mulher em meio a um caloroso debate. Contudo, o suposto agressor, foi amplamente defendido pelas mulheres do Rebele-se, num claro indicativo da potência dos vínculos grupais e identitários na legitimação ou não de determinadas definições de conduta.

Passo a narrar agora a partição do coletivo Rebele-se dentro do movimento “Ocupa Bernardão”, porém para melhor compreensão do mesmo, é necessário contar como o coletivo surgiu no cenário do Movimento Estudantil da UFV, suas ideologias e pretensões. Sua primeira aparição em solo ufeviano, foi ano de 2014 com a proposta de ser um coletivo de representação discente, participava intensamente da ocupação do Edifício Arthur Bernardes e atuou em todas as comissões, plantando membros ativos do coletivo em cada uma delas. Tal coletivo, porém, diferentemente de coletivos como o Beladonas, não surgiu de tensões internas à UFV, sendo ele uma articulação nacional de estudantes que estava ligada à União Juventude Rebelião (UJR), uma organização estudantil que defendia a implantação do comunismo enquanto forma de governo e o fim da exploração capitalista. Por ser formada em sua maioria por jovens estudantes secundaristas e universitários, a UJR disputava espaços articulatórios dentro da União Nacional do Estudantes (UNE), por entender que a UNE se configura como um instrumento de luta dos discentes contra as injustiças do capitalismo, como pode ser visto no Manifesto da União Juventude Rebelião¹⁸, cujo trecho destacamos a seguir:

Em 1995, lançamos uma plataforma: Juventude Rebelião no 31º Congresso da UBES16 e no 44º Congresso da UNE. Nosso objetivo: dar um novo rumo às históricas entidades de luta dos estudantes que se encontram paralisadas pelo predomínio da política reformista nas suas diretorias, transformando-as em instrumentos na batalha pela libertação da classe operária, dos camponeses e da juventude do jugo capitalista.

¹⁸ UJR União Juventude Rebelião. Disponível em: <<http://www.rebeliao.org/quem-somos>> Acessado em Maio de 2017

Nosso grito de guerra já está presente em vários estados, e logo estará em todo o Brasil.

Nesse contexto, por entender a importância das lutas dos estudantes e por se reconhecer como coletivo em busca de uma revolução socialista, o Rebele-se defendia uma educação pública e de qualidade nas universidades, o acesso e permanência de estudantes das camadas populares ao Ensino Superior, bem como a devida distribuição de verbas para as áreas da saúde e educação, a repartição de terras para famílias sem teto, e o fim da dívida pública. Assim, o cenário político brasileiro do ano de 2016 – com o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff efetivado e a ameaça de implantação da PEC 55, da MP746 e do Projeto de Lei do Senado nº. 193 (PLS 193/2016) – colocava vários coletivos estudantis nacionais, entre eles o Rebele-se, em alerta, pois tais medidas feriam diretamente os interesses sociais defendidos por muitos grupos discentes.

Tendo como cenário principal de luta o movimento estudantil por uma reforma política, o Rebele-se passou a se manifestar na UFV, pressionando a administração da universidade a se posicionar diante das abruptas mudanças políticas que aconteciam no Brasil. Foi nesse contexto que o Rebele-se se juntou a outros coletivos estudantis da UFV e construiu o Movimento Ocupação e, por conseguinte, o coletivo Ocupa Bernardão.

Naquela ocupação assistimos à dinâmica de uma produção de sentido que extrapolava aquele movimento onde, por exemplo, era possível seguir uma linha de tensão a interligar as lutas da comissão de mulheres do Bernardão às tensões do cenário político brasileiro da época, quando o silenciamento da presidente deposta (que conversa intimamente com o movimento micropolítico da comissão de mulheres de enfrentar os silenciamentos machistas), o silenciamento das minorias, o silenciamento da própria UFV com relação às medidas do governo....., tudo isso era colocado em tensão, transformando o Ocupa Bernardão em um movimento que extrapolava pautas particulares de estudantes e/ou coletivos, para se envolver com as tensões nacionais, numa produção de modos de pensar que contestavam as maneiras de se intervir junto a mulheres, junto a políticas públicas, junto à educação básica e aos ensinos médio e superior, junto aos silenciamentos, junto às maneiras de lecionar, de se fazer política, etc...

Se apresentei neste trabalho mais especificamente a atuação dos coletivos Beladonas e Rebele-se, é necessário alertar que uma diversidade de grupos – e mundos – estudantis se multiplicavam dentro do Edifício Arthur Bernardes, sendo que, para indicar tamanha multiplicidade de vozes, ideias e ideais, foi fixada, em uma das paredes do prédio, um cartaz

onde foram elencados mais de 35 coletivos e grupos organizados que faziam parte daquele movimento de ocupação. Apresentamos a seguir uma das folhas do cartaz citado, com alguns dos grupos e coletivos que se articulavam no Edifício Arthur Bernardes.



Figura 1 - Alguns grupos e coletivos participantes da ocupação do Edifício Arthur Bernardes (Arquivo pessoal).

Aquele cartaz era um indicativo dos diferentes universos de sentido que animavam o movimento estudantil ali substancializado. Nesse sentido, o cartaz também funcionava como

um tipo de alerta de que aquele movimento não representava o interesse de um grupo particular, fosse ele o Levante, o Rebele-se, o NEAB, Filhas de Aganjú, O Bloco, o DCE ou qualquer outro. Em especial no que dizia respeito ao DCE, temos que, principalmente no início da ocupação, seus participantes tiveram dificuldade de se envolver nas tramas daquele movimento, sendo que o DCE por várias vezes foi impedido de participar de comissões estabelecidas dentro do Edifício. Membros de diferentes coletivos anunciavam que “aqui o DCE não entra”. Mesmo sendo a representação máxima dos estudantes e ter sido eleito por votos diretos, o DCE “Voz Ativa” não era bem vindo na ocupação uma vez que o coletivo Ocupa Bernardão, sendo ele um coletivo de coletivos, não pretendia que suas reivindicações fossem assumidas pelo Diretório Central dos Estudantes, temendo, com isso, que a voz plural do coletivo fosse neutralizada numa voz institucionalizada e composta em possíveis particularismos partidários.

Essa dinâmica de um coletivo que se caracterizava mais por sua multiplicidade do que por uma representatividade identitária em um líder ou grupo específico, produziu uma diferente proposta de negociação entre aquele movimento e a Administração Superior da universidade. Isso porque após uma semana de ocupação, a administração da universidade se viu na condição de manter um diálogo direto com todos os estudantes da ocupação e não apenas com um representante estudantil específico. A Reitora da UFV, juntamente com alguns Pró-Reitores e Diretores de Centro, compareceram em assembleias e reuniões dentro do Bernardão ocupado pelos estudantes, para conversar diretamente com os ocupantes e propor estratégias para que o prédio fosse desocupado.

Assim, a dinâmica que se seguiu durante todo o período de ocupação possibilitou com que, durante aquelas reuniões com a administração, os ocupantes que desejassem podiam ocupar a representatividade do movimento, atuando como mediadores do diálogo entre os demais ocupantes e os representantes administrativos. Isso criava uma perspectiva de dimensão horizontal no diálogo que, ainda que não se realizasse em todos os momentos do processo de ocupação, anunciava a viabilidade de uma outra gestão coletiva que não aquela que define que algumas pessoas pensam e outras realizam. Experimentar tal possibilidade era muito estimulante e empoderador para várias pessoas e grupos que vivenciavam a experiência de ter voz de expressão. Em contrapartida a uma possível desocupação, os pedidos dos discentes versavam sobre a perspectiva de que nenhum estudante sofresse retaliação pela ocupação, que a universidade 1) se comprometesse em melhor esclarecer e debater com a comunidade universitária quais seriam os impactos da PEC 55 para o Ensino Superior, relacionando esses impactos com os quatro centros de Ciências da UFV; Exatas, Humanas, Agrárias e Biológicas;

2) que se fomentasse a abertura das reuniões do Conselho Universitário (CONSU¹⁹) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE²⁰) para estudantes do Ocupa Bernardão; 3) que a UFV assumisse o custeio de transporte, alimentação e estadia dos estudantes do Ocupa Bernardão que se dispusessem a participar de mobilizações nacionais contra a PEC55 que aconteciam em Brasília.

Com a elaboração de uma carta onde os ocupantes sistematizaram suas exigências para desocuparem, e depois a conseqüente apreciação desta carta pela administração da UFV, o Edifício Arthur Bernardes foi desocupado após 13 dias de interdição.

Traçando Conclusões

Quando nos dedicamos a compreender os movimentos erigidos pelos estudantes na construção da chapa “Ação Coletiva”, o que se evidenciou em muitos aspectos foi a força organizativa de movimentos estudantis que, apesar de uma diversidade conflitante em termos de interesses e posições estéticas e políticas, conseguiu organizar um território de expressão. Ainda nesse sentido, ao acompanhar a dinâmica de coletivos estudantis em seus deslocamentos pela Universidade Federal de Viçosa, encontramos com o movimento “Ocupa Bernardão”; um coletivo de coletivos; e com uma pluralidades de mundos que se empenharam para sustentar os 13 dias de ocupação. Além das pautas específicas que norteiam cada coletivo, tal empenho está associado à possibilidade de crescimento de tais grupos dentro da universidade, pois um reconhecimento dentro da instituição possibilita uma ampliação de lutas e pautas.

Percebemos que os coletivos, tanto em suas articulações nos Conselhos Estudantis, quanto em suas intervenções numa dimensão mais administrativa da Universidade Federal de Viçosa, construíram dinâmicas singulares de atuação dentro da ocupação, principalmente quando negaram a representatividade do coletivo Ocupa Bernardão a apenas uma pessoa ou um grupo. A ausência de um representante específico – fosse o DCE gestão Voz Ativa, o Rebele-se, O Beladonas, ou qualquer outro coletivo – demonstrou que os coletivos (tantas vezes dispersos e nutrindo conflitos entre si) poderiam construir possibilidades expressivas e políticas e alterar a dinâmica do campus e, conseqüentemente, indicar outras possibilidades de se pensar

¹⁹ Órgão superior de administração, com funções consultivas e deliberativas.

²⁰ Órgão superior de coordenação e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão no plano didático-científico, no uso de suas atribuições legais.

não apenas os problemas do país, mas a convivência cotidiana e a própria educação no campus universitário.

REFERÊNCIAS

ESCOSSIA Liliana da. KASTRUP, Virgínia. **O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade.** *Psicol. estud.* [online]. 2005, vol.10, n.2, pp.295-304. ISSN 1413-7372. << <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000200017>>> Acessado em Outubro de 2016.

KASTRUP, Virgínia. – O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: **Psicologia & Sociedade**, 19 (1): 15-22, jan-abr, 2007.

LOPES, Eduardo Simonini. **Praticantes de mundos: A invenção de cotidianos discentes em uma universidade.** 2011. 261 f. Tese (Doutorado) - Doutorado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

REY, Fernando Gonzales. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia.** São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2002.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Revista Fundação Getúlio Vargas.** São Paulo, Brasil. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010>. Acesso em: 06 abril 2015.